



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



GT: 7. Educação, Diversidade, Gênero e Interseccionalidades.

O CURRÍCULO ESCOLAR E A NOVA VIDA: ESTRUTURAS SOCIAIS, INVISIBILIDADE E A GRAVIDEZ PRECOCE

Vanessa Brito Bessa¹
Luís Távora Furtado Ribeiro²
Diana Nara da Silva Oliveira³

RESUMO: O seguinte trabalho visa discutir a gravidez precoce e seu envolvimento com a educação. Utilizando as noções do materialismo histórico dialético e da interseccionalidade buscamos compreender como a estrutura dominante do Estado atua sobre as relações sociais e de produção afim de transformar o ambiente educacional em um modelo de produção que gera sujeitos que destinam sua força de trabalho para a perpetuação de uma sociedade de classes. A compreensão sobre como o currículo serve de prescrição para que os educadores ajam de acordo com os modelos definidos e deixem de lado as temáticas dos respectivos contextos históricos e suas pautas emergentes é fundamental para a leitura dessa educação moldada pela elite.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gravidez precoce. Estado.

INTRODUÇÃO

A gravidez precoce tem essa denominação por entender que o desenvolvimento da nova vida acontece em um corpo onde a formação deste ainda não está plenamente desenvolvida. O corpo que gera o feto e mais tarde o ser humano que irá nascer e crescer em uma sociedade, é um abrigo que ainda passa pela etapa da juventude. Por essas razões, a mãe que aguarda seu filho é apontada como uma pessoa que vivencia a gravidez precoce.

Compreende-se aqui que a evolução de um ser vivo dentro de outro é um momento em que se vivenciam vários desafios, desde física, psicológica e social no que se refere a própria gravidez, como situações que dizem respeito ao contexto vivenciado. No caso de mães jovens que ainda passam pela educação escolar, esse cenário pode ser ainda mais conturbado.

¹Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, CAPES, e-mail: vanessa.bessa@aluno.uece.br.

²Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará; Professor Livre Docente da Universidade Federal do Ceará; Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará. Email: luistavora@uol.com.br;

³Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará; docente permanente do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino. E-mail: diana.nara@uece.br.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Entendendo que jovens grávidas que ainda frequentam a escola estão susceptíveis a sofrer a evasão escolar devido suas condições materiais, bem como lidar com dificuldades dentro do contexto educacional, buscamos aqui investigar como essa situação está interligada a lógica do Estado em que vivemos. Tendo em vista que o Estado regula a forma como vivemos, as leis e os acordos de convivência em sociedade, bem como o próprio contexto escolar, são preciso questionar: Como o Estado atua sobre a gravidez precoce? O Estado oferece algum amparo as jovens que vivenciam essa situação? Quais as evidências que o Estado apresenta para que possamos identificar a forma como ele lida com jovens que engravidam durante seu ensino escolar?

Será utilizada a revisão bibliográfica como metodologia para se debater a temática exposta afim de relacionarmos com a realidade concreta vivida pelos sujeitos na sociedade, o estudo dessa temática faz parte da pesquisa em andamento⁴ e, portanto, é considerada um desenvolvimento dessa. Apoiamo-nos na abordagem teórico metodológico do materialismo histórico dialético acerca da totalidade, das condições materiais e da estrutura dominante existente na historicidade do capitalismo contemporâneo, além de utilizarmos também o viés interseccional, tendo em vista que esse também compreende elementos para além da classe social, como gênero e raça fazendo parte de elementos que contribuem para a forma como os sujeitos existem no mundo.

Nesse trabalho iremos nos deter a escola pública por compreender que é nesse cenário onde as meninas grávidas precocemente encontram maiores desafios devido a probabilidade de uma maior vulnerabilidade social, onde os gastos familiares são voltados para a sobrevivência ao invés de educação. A escola privada, normalmente é destinada a famílias que possuem o privilégio de poder pagar por uma formação “mais qualificada”, onde os conteúdos são para além do que o Estado regulamenta como os básicos e necessários para o aprendizado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do contexto que se refere a meninas jovens que se encontram grávidas durante sua fase escolar, devemos levantar questões sobre que ambiente é esse onde essa pré-adolescente ou adolescente passa boa parte de seus dias. A escola, instituição governamental ofertada pelo Estado, (no que se refere a escola pública) é instruída de acordo com uma série de diretrizes e bases que determinam como a educação deve ser construída e seguida.

Os currículos são formulados como roteiros que os educadores devem seguir sem questionar, assim, os resultados são atribuídos e lidos de acordo com a forma que as orientações foram seguidas.

⁴ No Mestrado Acadêmico Intercampi em educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Se foram positivos, é por conta da forma como o educador seguiu as prescrições, do contrário seria por conta da falha em seguir o processo determinado por essas diretrizes. (SACRISTÁN, 2013)

Dessa forma, pouco se tem espaço para se debater outras questões que fogem das prescrições determinadas pelo Estado, dificultando a entrada de temáticas cotidianas e que representam conhecimentos significativos para o contexto histórico atual. Há uma imposição de conteúdos que devem ser abordados, “o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido.” (SACRISTÁN, 2013, p. 19).

É preciso questionar e apontar as intencionalidades desses moldes que são criados pelo Estado para garantir um determinado conhecimento. É importante ressaltar que a noção de Estado que existe em nossa sociedade contemporânea é um produto historicamente e socialmente produzido, através desse “Los grandes propietarios todavía dependían mucho del control del Estado para sostener el proceso de acumulación de la tierra, la expropiación de los pequeños productores, la extinción de los derechos consuetudinarios de la gente y la redefinición misma del derecho de propiedad.” (WOOD, 2006, p. 401).

A concepção de Estado a qual conhecemos hoje foi construído como uma forma de legitimar os interesses burgueses e capitalistas, as leis e as normas estabelecidas por isso validam os interesses das classes proprietárias e sustentam o instrumento de exploração para com as classes despossuídas dos meios de produção. Dessa forma, Paulo Freire desvela essa ideia de sociedade dentro da educação quando contribui afirmando que “um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que viemos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora.” (FREIRE, 2016, p. 22).

Compreendendo como é a lógica do Estado e como a educação se torna um ponto onde pode-se difundir as ideias e concepções da classe dominante, podemos levantar que atualmente “o resultado é que agora todos os grupos humanos sem exceção estão submetidos à lei do valor, não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses, sob outros mecanismos, financeiros.” (HOUTART, 2007, p. 460). Isso nos indica que o Estado burguês e o sistema capitalista se aprimoram constantemente, de acordo com as situações históricas e com os novos sujeitos históricos que vão surgindo em cada contexto, com isso se vê a necessidade de disseminar as ideias para que se forme trabalhadores como o desejado pelo sistema exploratório existente e que se quer perpetuar.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Para utilizar o recorte de gênero dentro da situação da gravidez precoce, temos que levar em conta que a jovem mãe que carrega dentro de si uma nova vida está inserida em uma sociedade patriarcal e machista que impõe a essa o peso do cuidar e educar a nova vida, muitas vezes sozinha. A responsabilização pelo novo sujeito que irá surgir na sociedade é colocada na mãe, a que gera e carrega aquela vida durante o desenvolvimento do feto, mas que também será quase que exclusivamente encarregada de vigiar e zelar pela sua cria durante toda a vida, mais do que mulher ela é vista principalmente agora como mãe, uma mãe atravessada pelas interseccionalidades (especialmente classe, gênero e étnica).

A autora Frigga Haug (2007) aponta para uma nova forma de pensar as relações de produção junto às relações de gênero, compreendendo que a forma como as mulheres reproduzem a vida na sociedade capitalista também fazem delas um instrumento que é utilizado pelas forças do sistema para se perpetuar opressões. A opressão da mulher e a reprodução da vida por essas torna-se a maneira pela qual o “produto”, que é o ser humano, continua sendo produzido e, portanto, sua força de trabalho é apropriada pelo mercado de trabalho para a conservação do status do capitalismo.

Atualmente, chegamos a um ponto no qual o desenvolvimento das forças produtivas se introduziu na produção da vida em si mesma. O desenvolvimento da tecnologia do gene em conexão com a reprodução humana está tendo efeito tão decisivo nas relações de gênero que devem ser fundamentalmente repensadas. (HAUG, 2007, p. 355)

Diante de como as relações de gênero e a opressão do sexo feminino são vantajosas para o sistema capitalista e para as relações de produção, podemos compreender que a existência da gravidez precoce não é necessariamente ruim para a perpetuação dessa conjuntura. A evasão escolar gerada nos casos onde meninas se encontram grávidas é vantajosa para o mercado que obtém novas trabalhadoras com menos especialização e que, portanto, estarão mais suscetíveis a aceitar cargos precarizados. Além disso, seus filhos que possivelmente se encontrarão em uma situação de vulnerabilidade perpetua as condições de exploração mais facilmente aceita, onde esses que eventualmente também estarão no ensino público terão uma educação voltada para o currículo básico onde terão acessos a conteúdos que visam formar trabalhadores, não cidadãos conscientes de sua possibilidade de transformação da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Silva (2010) aponta como as relações de poder se constituem através de práticas simbólicas e de significados que estão atrelados a diversos fatores em nossa sociedade. Dessa forma, para ele, o



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



currículo é uma forma de estabelecer esse poder e disseminar as identidades e significações objetivadas pelo grupo que o controla e o constrói. Portanto, ele defende que:

O currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades raciais, sexuais... Dessa perspectiva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz. (SILVA, 2010, p. 27).

Dessa forma, é preciso que o currículo tenha a realidade dos alunos em perspectiva para direcionar que tipo de conteúdo, prática e ação os educadores devem ter em mente, afim de auxiliar para que cada vez menos alunas se encontrem em uma gravidez precoce. Através do conhecimento sobre temáticas como sexualidade, prevenção, consentimento, planejamento familiar, entre outros, é possível formar jovens que decidem o que querem para sua vida ao invés de jovens que estão submetidos a padrões de comportamentos que ocorrem por ausência de conhecimento e planejamento sobre suas próprias vidas ao invés de um projeto que vem da mão invisível do mercado e do Estado.

Devemos defender um modelo educacional junto aos estudantes, uma educação que deve “ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação.” (FREIRE, 2016, p. 20).

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAUG, Frigga. Para uma teoria das relações de gênero. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 345-359.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 459-469.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo?. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. cap. 1, p. 16-35.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como prática de significação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. cap. 1, p. 7-29.

WOOD, Ellen Meiksins. Estado, democracia y globalización. *In*: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 395-407.